

A Biblioteconomia Jurídica na Itália

Antonella De Robbio

Fernando Venturini

Inicia apresentando um panorama sobre as bibliotecas e o trabalho dos bibliotecários na Itália, para logo depois focar nas bibliotecas jurídicas e na formação dos bibliotecários jurídicos italianos.

Palavras-chave: Biblioteca jurídica – Itália. Bibliotecario Jurídico – Itália. Biblioteconomia Jurídica – Itália.

La biblioteconomia giuridica in Italia

Inizia presentando una panoramica delle biblioteche e il lavoro dei bibliotecari in Italia. Dopo spiega la situazione delle biblioteche giuridiche e la formazione e il lavoro dei bibliotecari giuridiche italiani.

Parole chiave: Biblioteca giuridica – Italia. Bibliotecario giuridico – Italia. Biblioteconomia giuridica – Italia.

Law librarianship in Italy

This article presents a panoramic view of Italian libraries and the duties of Italian librarian. Explains as well the situation of Italian law libraries and academic formation of Italian law librarians and their duties.

Keywords: Law library – Italy. Law libraria – Italy. Law librarianship – Italy.

Antonella De Robbio

Coordenadora das bibliotecas do *Polo Giuridico all'Università degli Studi Padova*. Empenhada, em nível nacional e internacional, nos grupos de trabalho sobre as questões de direito autoral e Open Access.

antonella.derobbio@gmail.com

Fernando Venturini

Bibliotecário, com especialização em Direito Legislativo. Desde 2001 é responsável pela coordenação da política de aquisição da Biblioteca da Câmara dos Deputados (Itália).

venturini_f@camera.it

1 A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO NA ITÁLIA

A profissão de bibliotecário na Itália é caracterizada por uma forte diferença de *status* e de tratamento jurídico econômico. Nem sempre a figura do bibliotecário está prevista na legislação da entidade a que pertence, e em alguns casos a atividade vem atrelada aos "perfis" de outros trabalhadores. Em outros casos, não há a percepção da utilidade da atividade biblioteconômica e, mesmo nas instituições onde existem bibliotecas organizadas, as atividades profissionais em certos momentos se sobrepõem às atividades diversas, próprias de outras categorias de trabalhadores.

Em geral, pode-se identificar quatro grandes classificações e mais algumas à margem:

a) Bibliotecários funcionários do ***Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo*** trabalham nas chamadas "Bibliotecas públicas estatais" que são as 46 bibliotecas de propriedade do Estado, onde está custodiada uma parte consistente do patrimônio bibliográfico nacional (cerca de 40 milhões de documentos), incluindo as duas bibliotecas nacionais centrais de Florença e de Roma. As bibliotecas públicas estatais são regulamentadas pelo *Decreto del Presidente della Repubblica* nº 417, de 5 de julho de 1995¹.

b) Bibliotecários funcionários das "bibliotecas públicas de entidade local" que são das prefeituras (*comune e provincia*), coordenadas pelas regiões, cerca de 6.000 bibliotecas em toda a Itália, com aproximadamente 12.000 bibliotecários, frequentemente "monoposto"^{NTR1}. Nas prefeituras, os bibliotecários têm em geral a qualificação de *Istruttore-bibliotecario* – correspondente a um bibliotecário não graduado – e podem estar dentro da área cultural, da área sócio-educativa ou da área administrativa. A figura análoga de *Assistente di biblioteca* ou *Aiuto bibliotecario* pode ser encontrada em bibliotecas maiores – organizadas no sistema bibliotecário provincial – onde há também um bibliotecário responsável graduado. Essas bibliotecas oferecem os serviços aos cidadãos, cerca de 10 milhões de usuários em 60 milhões de habitantes.

c) Bibliotecários funcionários das universidades, uma realidade de cerca de 2.600 bibliotecas em 96 universidades públicas e privadas. Nos últimos 10 anos, surgiram, nas universidades, unidades operacionais reais – os sistemas bibliotecários – que centralizaram funções e recursos gerenciados por pessoal altamente especializado

¹ http://www.librari.beniculturali.it/opencms/export/sites/dgbid/it/documenti/dpr_5_7_95_nr147.pdf.

cuja atividade é, em geral, conduzida para o digital e para a inovação. O sistema bibliotecário das universidades fundiu todas as diferentes tipologias de bibliotecas que tinham permanecido ancoradas na denominação histórica dos vários institutos, centros, departamentos, faculdades, etc.

d) Bibliotecários nas bibliotecas das administrações públicas centrais (ministérios, agências, etc.), das assembleias regionais (bibliotecas dos conselhos regionais, bibliotecas das juntas regionais) e dos órgãos constitucionais (bibliotecas da Câmara, do Senado, da Corte Constitucional, etc.).

Outros tipos de bibliotecas são:

- as bibliotecas escolares, um setor extremamente frágil na Itália, em particular pela perda da especificidade do papel do bibliotecário escolar;
- as bibliotecas eclesiásticas, recenseados do *Anagrafe degli istituti culturali ecclesiastici (AICE)*².

Existe um censo das bibliotecas italianas que registra mais de 17.500 bibliotecas³ nas quais trabalham cerca de 20.000 bibliotecários.

Das 17.500 bibliotecas italianas, 40% surgiram nos últimos 40 anos; 50% estão localizadas no norte, 30% no sul e os 20% restantes estão no centro (Figura 1).

Se, há uma década apenas, 1/5 das bibliotecas tinham um sítio *web*, agora a presença das bibliotecas italianas *online* assumiu dimensões importantes com presença até nas redes sociais 2.0. Da mesma forma, se somente a metade tinha um sistema de automação para o tratamento do livro, hoje são poucas as bibliotecas que não automatizaram os seus processos. Existem mais de 2.000 OPACs^{NTR2} italianos que atuam como interface de pesquisa nos catálogos automatizados e que, no curso da última década, assumiram a característica de *network*, onde um OPAC pode agrupar uma centena de bibliotecas.

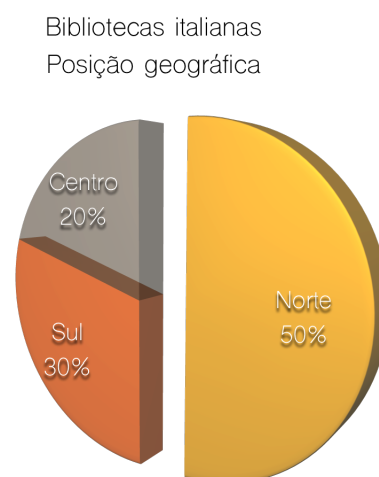


Figura 1

Fonte: Elaborado pelos Autores.

² <http://www.anagrafebbcc.chiesacattolica.it/anagraficaCEIBib/index.jsp>

³ <http://anagrafe.iccu.sbn.it/opencms/opencms/>

O catálogo nacional por excelência é o SBN (*Servizio Bibliotecario Nazionale*)⁴, que compreende atualmente 5.838 bibliotecas subdividido em 97 polos, em nível regional. Foram lançados projetos de digitalização em vários contextos de digitalização, nos quais os bibliotecários estão na primeira fila, junto com outras figuras profissionais, com o objetivo de colocar à disposição dos usuários o acesso digital remoto do prestigioso patrimônio cultural italiano. Em particular, MICHAEL (*Multilingual Inventory of Cultural Heritage in Europe*)⁵ começou, na Itália, um recenseamento sistemático dos recursos culturais digitais e digitalizados pertencentes às organizações culturais e científicas de cada setor, para assegurar a cobertura generalizada do território nacional.

O recenseamento conduzido em 2004⁶ foi promovido pelo *Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo*, envolvendo todos os institutos centrais e



periféricos, em colaboração com as Regiões, com todas as universidades públicas e privadas, outros arquivos, museus, bibliotecas, arquivos audiovisuais e outras organizações privadas e públicas. O recenseamento, baseado em padrões e melhores práticas desenvolvidas pela rede europeia MINERVA⁷ NTR³ previu a inclusão de descrições dos diferentes projetos em um único banco de dados para permitir a criação de um portal na internet para pesquisa e acesso⁸.

A profissão do bibliotecário na Itália é uma profissão “organizada em associações”, regulada pela Lei nº 4, de 14 de janeiro de 2013, relativa às

⁴ L'OPAC SBN permite o acesso a 15.534.327 referências bibliográficas, correlacionadas a 78.417.962 localizações, <http://opac.sbn.it/opacsbn/opac/iccu/personale.jsp>

⁵ <http://www.michael-culture.org/>

⁶ Iniciado em 1º de junho de 2004 em conjunto com a Itália, a França e a Grã Bretanha, foi financiado pelo programa TEN da *Commissione Europea*, sobre a base dos investimentos nacionais. Em 1º de junho de 2006, com o início de *MICHAEL plus*, o projeto é o mesmo de outros 11 países da União e hoje totaliza 18 nações envolvidas e 40 parceiros. Com a conclusão do projeto, em 31 de maio de 2008, foi criada a associação internacional sem fins lucrativos *MICHAEL Culture* para garantir a sustentabilidade do projeto uma vez exaurido o financiamento europeu.

⁷ <http://www.minervaeurope.org/listgoodpract.htm>

⁸ O projeto, na parte relativa às universidades, foi coordenado pelo CAB (*Centro di Ateneo per le Biblioteche*), da *Università degli Studi di Padova*.

"disposições sobre profissões não organizadas". Esta Lei delega à *Associazione Italiana Biblioteche*⁹ (AIB) a criação de uma "Lista de membros" e a identificação das qualificações e dos requisitos profissionais necessários para obter o estatuto de Associado.



Ainda que os bibliotecários, para exercer a sua profissão, não são obrigados a se inscreverem na AIB, a *Associazione* tem o objetivo de melhorar as competências dos seus membros e assegurar o cumprimento das normas de conduta profissional, de promover a educação permanente dos associados, adotar um código de conduta em conformidade com o art. 27-bis^{NTR4} do Código do Consumidor.

Em relação a esta Lei, foi editada, em 2014, a norma Uni 11535^{NTR5} sobre a figura profissional do bibliotecário. Trata-se de uma norma que deliberadamente descreve a essência da profissão sem distinção do tipo de atuação ou dos contextos operacionais ou tecnológicos.

Para a profissão de bibliotecário existe um curso específico de graduação, numerosos cursos de especialização, um *master*, um doutorado, um mestrado de segundo nível^{NTR6}. A oferta de cursos é completamente centralizada sobre os bens culturais e não se associa a nenhuma disciplina em particular. A lista de cursos universitários se encontra no sítio da *Associazione Italiana Biblioteche*¹⁰.

O ingresso nas bibliotecas ocorre quase exclusivamente por concurso público e é sempre o edital que elenca os títulos necessários.

No momento do concurso, não é solicitada a inscrição do bibliotecário para poder exercer a profissão. O salário varia em relação aos contratos nacionais dos setores em que atua (Estado, universidades, municípios, etc.).

⁹ <http://www.aib.it>

¹⁰ <http://www.aib.it/progetti/formazione-in-italia/>

2 AS BIBLIOTECAS JURÍDICAS NA ITÁLIA

Dentro do panorama das bibliotecas italianas existem numerosas bibliotecas jurídicas, pertencentes a diferentes instituições, muitas vezes de tradições antigas e com coleções de livros importantes. O Guia do ITTIG, *Istituto di Teoria e Tecniche dell'informazione Giuridica*, enumera 216 bibliotecas jurídicas¹¹, ainda que que a lista não pareça completa e que algumas não se refiram estritamente ao setor jurídico.¹²

Existem bibliotecas jurídicas em todas as universidades onde são oferecidos cursos de graduação em jurisprudência. Entre as bibliotecas universitárias da área jurídica mais importantes podem ser citadas a *Biblioteca Giuridica Antonio Cicu* em Bolonha, a *Biblioteca de Scienze Sociali* da *Università di Firenze*, a *Biblioteca Norberto Bobbio* da *Università di Torino*¹³.

Também existem importantes bibliotecas jurídicas ligadas aos órgãos jurisprudenciais, a começar pelos centrais como a *Corte Costituzionale*, o *Consiglio di Stato*, a *Corte dei Conti*. Em Roma, a biblioteca central jurídica pertence ao *Ministero della Giustizia*, que, desde o final de 1880, recebe cópia de todas as publicações impressas no território do Estado. A norma vigente sobre o depósito legal de publicações (Lei nº 106, de 15 de abril de 2004 e a regulamentação provida pelo *Decreto del Presidente della Repubblica* nº 252, de 3 de maio de 2006) a identifica como biblioteca depositária “a pedido” das publicações oficiais e como biblioteca destinatária de uma cópia obrigatória para todos os documentos “atinentes à matéria jurídica” (art. 12 e 32 do *Decreto del Presidente della Repubblica* nº 252, de 3 de maio de 2006), ainda que seja em formato digital. A Biblioteca Centrale Giuridica é ainda, de fato, o arquivo nacional do livro jurídico italiano que se integra a um núcleo histórico formado por um fundo bibliotecário da *Grande Cancelleria dell'ex Regno di Sardegna* e dos outros materiais documentários pertencentes a várias corporações

¹¹ <http://www.ittig.cnr.it/risorse/guide/biblioteche-giuridiche/>

¹² Sobre as bibliotecas jurídicas em geral, veja: MAIELLO, Rosa. Law Libraries in Italy. World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Council 23–27 August 2009. Milano, Italia, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/law-libraries/Papers/IFLA%202009%20-%20LAW%20LIBRARIES%20SECTION%20-%20Maiello.pdf>

¹³ Sobre as bibliotecas jurídicas universitárias, com relação à realidade italiana, veja: CAVIRANI, S. *Biblioteche giuridiche in evoluzione tra nuovi modelli e tradizione. Aib studi*, v. 53, n. 2, 2013. Disponível em: <http://aibstudi.aib.it/article/view/8900/8318>. Note-se que com a recente reforma universitária (Lei nº 240, de 30 dezembro de 2010), as faculdades foram suprimidas e substituídas na estrutura e em geral recebem o nome de “Scuole”.

religiosas suprimidas em 1866. Há, ainda, outras bibliotecas da administração central ou de autoridades independentes que são relevantes para o patrimônio histórico ou para a atividade de documentação e de pesquisa desenvolvida pela própria instituição de referência. Entre as mais importantes, podem ser citadas a biblioteca do *Ministero per le Politiche Agricole*, a biblioteca central do *Ministero dell'Interno*, a biblioteca do *Ministero degli Esteri*, a biblioteca histórica do *Ministero dell'Economia e delle Finanze*, a biblioteca de *Banca d'Italia*, a biblioteca dell'Istat¹⁴.

Dentro do *Servizio Bibliotecario Nazionale*, que como foi dito, é a rede das bibliotecas italianas promovida pelo *Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo*, pelas Regiões e pela Università, existe um “Polo Jurídico” que constitui o fulcro do Polo RMG^{NTR7}, cujo núcleo inicial nasceu junto à biblioteca central do *Ministero dell'Interno* e à *Biblioteca del Consiglio di Stato*. O “Polo Jurídico”, formado em 1994, tem crescido ao longo do tempo contando com outras instituições que trabalham na área jurídica e não jurídica. Dentro da rede, que atualmente compreende 30 bibliotecas, destacam-se três tipos principais de bibliotecas:

- Âmbito diretamente relacionado ao *Ministero della Giustizia*:

- *Biblioteca Centrale Giuridica* – CG (instituto titular do depósito legal obrigatório, instituído pela Lei nº 106, de 15 de abril de 2004 e a regulamentação provida pelo *Decreto del Presidente della Repubblica* nº 252, de 3 de maio de 2006 para todos os documentos – ainda que sejam em formato digital – “atinentes à matéria jurídica”).
- *Biblioteche delle Corti di Appello* (17 bibliotecas caracterizadas por um código numérico)
- *Biblioteche della Corte Cassazione* (3 bibliotecas: *Biblioteca dei Magistrati*, *Biblioteca del Centro Elettronico di Documentazione da Corte*, *Biblioteca della Procura Generale* localizada na Corte).
- *Biblioteca del Ministero della Giustizia* – MG
- *Biblioteca della Scuola di Formazione del Ministero della Giustizia* – SF

¹⁴ Sobre essas bibliotecas, veja: VENTURINI, F. *Le biblioteche istituzionali fra isolamento e nuove opportunità. Economia della cultura*, v. 13, n. 3, p. 329–334, 2003; e o volume *Le biblioteche dell'amministrazione centrale in Italia: contributi al dibattito e indagini sui siti web e sulla professione a cura del Gruppo di lavoro SSAB-AIB Lazio*, Roma : Associazione italiana biblioteche, Sezione Lazio, 2004. Para informações específicas para cada biblioteca, veja os sites web respectivos.

As bibliotecas desta área executam uma política cooperativa de compartilhamento de recursos e fornecimento de documentação (*document delivery*) diretamente ligada à atividade judicial.

- **Âmbito judiciário administrativo:**

- *Biblioteca del Consiglio di Stato* – CS
- *Biblioteche dei TAR* (Tribunali Amministrativi Regionali – 3 bibliotecas: TAR Lazio, TAR Sicilia, Tar Friuli Venezia Giulia).

- **Âmbito jurídico *lato sensu*:**

- *Biblioteca dell'ENAC* (Ente Nazionale dell'Aviazione Civile) – EN
- *Biblioteca Centrale do Ministero dell'Interno* – BI
- *Biblioteca della Scuola di Polizia Tributaria della Guardia di Finanza* – PT

Entre as outras bibliotecas para a pesquisa jurídica, em particular para o estudo do Direito Público, podem ser citadas as bibliotecas das assembleias legislativas.

As bibliotecas da *Camera dei Deputati* e do *Senato della Repubblica*¹⁵, há muitos anos abertas ao público, formam, desde 2007, o *Polo bibliotecário parlamentare* com mais de dois milhões de volumes e uma importante coleção de periódicos e recursos eletrônicos¹⁶. As duas bibliotecas parlamentares, também, com base na Lei de Depósito Legal (Lei nº 106, de 15 de abril de 2004), são destinatárias, sob pedido, de uma cópia de todas as publicações oficiais e de qualquer outra publicação editada pela administração pública.

As bibliotecas dos *Consigli Regionali*, em muitos casos, realizam diferentes atividades de informação e de documentação para os cidadãos e estudiosos da atualidade legislativa e administrativa das entidades regionais (*Regione*) e da história do regionalismo italiano.

Entre as bibliotecas mais importantes deste tipo podem ser citadas as do *Consiglio Regionale* do Piemonte, da Lombardia, do Veneto, da Toscana, de Emilia Romagna, da Umbria, da Sicilia, da *Teca del mediterraneo* do Consiglio Regionale da

¹⁵ <http://www.senato.it/biblioteca>; <http://biblioteca.camera.it/>.

¹⁶ Alguns recursos são geridos por elas mesmas, como é o caso da digitalização dos atos parlamentares, a coleta dos estatutos e fontes para a história das comunas italianas, a bibliografia do Parlamento (*BPR – Bibliografia del Parlamento Italiano e degli studi elettorali*, <http://bpr.camera.it/>).

Puglia¹⁷.

Finalmente, na Itália, parece irrelevante o peso das bibliotecas dos escritórios de advocacia e as bibliotecas notariais, porque a profissão forense é muito fragmentada e há poucos escritórios grandes.

3 OS BIBLIOTECÁRIOS (NÃO) JURÍDICOS

A presença de grandes instituições de bibliotecas jurídicas não está associada a uma especialização profissional de bibliotecários que ali trabalham. Em outras palavras, na Itália não é necessária especialização em Direito para aqueles que trabalham em uma biblioteca jurídica, e até recentemente não eram necessárias habilitações acadêmicas específicas para ser bibliotecário, problemática muito debatida e tema de várias avaliações.

Em parte, isso decorre da abordagem generalista e humanista da profissão bibliotecária como evidenciado pela oferta de formação largamente focada no patrimônio cultural, sem laços com as necessidades de outros setores. Nas bibliotecas jurídicas italianas, de universidades, devido ao envelhecimento da equipe, existem pouquíssimos jovens com competência informática-tecnológica de Tecnologia de Informação (TI) aplicável aos bancos de dados do setor e do tratamento da informação jurídica. A maior parte do *staff* tem uma formação que remonta à década de 1980 e a atualização realizada nas últimas décadas tem envolvido a equipe em um modo "horizontal" sobre temas como a catalogação, o processo automatizado do livro, o uso do OPAC, a gestão de periódicos eletrônicos, as negociações para aquisição de bancos de dados. Apenas recentemente se iniciou a formação em questões mais consoantes ao nível europeu, como a pesquisa e o tratamento de informação *online*, a digitalização, a gestão e organização de bibliotecas digitais, o acesso aberto à pesquisa, a gestão de direitos de autor, a implementação e gestão de arquivos abertos institucionais, *information literacy* [proficiência em informação], as redes sociais, a avaliação de pesquisa, *e-learning* [aprendizado eletrônico]. Na Itália, um bibliotecário universitário ou de uma instituição de pesquisa é uma figura profissionalmente preparada e sua formação generalista lhe permite migrar de um setor ao outro, de uma biblioteca científica a uma humanística ou jurídica, mas isso torna mais difícil o desenvolvimento de bibliotecários especializados em uma área (*subject librarians*),

¹⁷ Veja a lista no sítio: <http://www.parlamentiregionali.it/biblioteche/rete.php>.

porque as habilidades especializadas de um bibliotecário ou profissional da informação são o resultado de anos de experiência e trabalho em uma determinada área temática.

Outras razões podem ser atribuídas à natureza da comunidade jurídica, dividida entre a comunidade científica e a comunidade profissional, mas unida na utilização de fontes de informação muito especiais. As fontes da legislação, da jurisprudência e da chamada "doutrina" têm características muito diferentes das fontes utilizadas em outras ciências sociais e seu estudo é uma parte integrante do currículo educacional. Neste contexto, a informação bibliográfica está em uma posição subordinada no que diz respeito às leis e à jurisprudência. Estas características específicas que, em teoria, poderiam ser a base para o desenvolvimento da Biblioteconomia Jurídica, como em outros países, na Itália, no entanto, fomentaram a crença de que apenas os advogados podem realmente conhecer a Documentação Jurídica e desempenharem o papel de mediadores. Confirma-se assim o papel de protagonistas interpretado por advogados italianos na aplicação da informática à informação jurídica.

Na Itália, a informática jurídica nasceu nos anos 1960, numa via dupla, primeiro fortemente aplicada à recuperação da documentação, em particular da jurisprudência e da doutrina, tendo como protagonista especialmente o *Ufficio del Massimario* da *Corte di Cassazione* e o ITTIG – órgão do *Consiglio Nazionale* e membro da rede do *Legal Information Institutes* (LIIs). O ITTIG¹⁸, nascido em 1968, realiza pesquisas, formação avançada¹⁹, consultoria e transferência técnico-científica no domínio das tecnologias de informação e comunicação aplicadas ao Direito e à administração pública, produzindo e divulgando bancos de dados de relevo nacional e internacional (entre eles o banco de dados de doutrina DOGI²⁰) e colocando à disposição *software* especialista e instrumentos de pesquisa da informação jurídica *online*. O *Istituto* colabora com as universidades no ensino da informática jurídica nos cursos de graduação, escolas de especialização e *Master*, assim como para o cumprimento do PhD; também prepara jovens estudantes nas disciplinas de competência de sua área por meio de bolsas de estudo e bolsas de pesquisa, bem como exercem atividades de desenvolvimento profissional para pessoal das administrações públicas e empresas. O elemento unificador das atividades de pesquisa do *Istituto* é a reinterpretação dos temas

¹⁸ <http://www.ittig.cnr.it/>.

¹⁹ <http://www.ittig.cnr.it/Formazione/Formazione.php?Id=1>.

²⁰ <http://www.ittig.cnr.it/dogi/>. DOGI é o banco de dados com as referências bibliográficas dos artigos publicados nas revistas italianas.

tradicionais da Ciência Jurídica por meio de tecnologias de informação e comunicação, que hoje se referem às disciplinas de informática jurídica e de Direito Informático^{NTR8}.

A segunda tendência, ligada ao mundo acadêmico e à reflexão de filósofos e teóricos do Direito, como Vittorio Frosini, Mario G. Losano, Luigi Lombardi Vallauri, investigou a relação entre o Direito e as novas tecnologias para possibilitar a formalização do raciocínio jurídico e automatizar procedimentos administrativos ou silogismos com base em decisões judiciais numa perspectiva cibernética ou inteligência artificial. O resultado foram sistemas profissionais mais sofisticados, inspirados nas necessidades da classe dos juristas e, especialmente, dos juízes, com grandes resultados originais mas, inevitavelmente, manteve-se dentro do mundo da profissão jurídica²¹.



Esta situação foi parcialmente alterada desde que a internet abriu ao público as fontes jurídicas e colocou em discussão todas as formas de monopólio da informação. No entanto, os bibliotecários têm permanecido à margem destes desenvolvimentos²². Como resultado, na Itália, o bibliotecário jurídico aprende o seu trabalho na prática, trabalhando em uma biblioteca jurídica em contato com as fontes e coleções, estudando os produtos de informática jurídica e do mundo do Direito disponíveis *online* por meio de manuais e guias escritos principalmente por juristas²³. Em consequência,

²¹ Para um panorama completo da história e da perspectiva da informática jurídica na Itália, veja: PERUGINELLI, G.; RAGONA, M. *L'informatica giuridica in Italia: cinquant'anni di studi, ricerche ed esperienze*. Napoli, Esi, 2014. Disponível no site do ITTIG, <http://www.ittig.cnr.it/EditoriaServizi/AttivitaEditoriale/CollanaSeD/sed-12.html>.

²² Para uma análise da tensão entre a necessidade de construir bases de dados em benefício e em nome dos juristas e a exigência de utilização de novas tecnologias para responder informação jurídica originária dos cidadãos, consulte: VENTURINI, F. *Il diritto per pochi, il diritto per tutti: mito e realtà della biblioteca digitale giuridica tra professionisti e cittadini*, <https://www.academia.edu/12141987/>. ^{NTR9}

²³ Entre os manuais mais recentes de informática jurídica na Itália: ZICCARDI, Giovanni. *La ricerca automatizzata dell'informazione giuridica: evoluzione, abitudini di ricerca, teorie predittive, accesso libero*. Milano, Giuffrè, 2015. 124 p.; ROMEO, F. *Lezioni di logica ed informatica giuridica*. Torino, Giappichelli, 2012; SARTOR, G. *L'informatica giuridica e le tecnologie dell'informazione: corso d'informatica giuridica*. 2. ed. riveduta e ampliata, Torino, Giappichelli, 2010.

não existe a figura do bibliotecário jurídico autônomo, que oferece sua expertise no mercado de trabalho. Nas universidades italianas não existem cursos de especialização ou *Master* em Biblioteconomia Jurídica. Por um biênio, nos anos 2010–2011, foi criado, dentro da *Associazione italiane biblioteche*, o *Gruppo Italiano Biblioteche di Area Giuridica*, com o objetivo de conhecer mais sobre as bibliotecas jurídicas, desenvolver iniciativas de formação e impulsionar o mundo da editoração especializada, seguindo o modelo da vizinha Suíça, onde a ausência de uma estrutura jurídica e a escassez de recursos financeiros levou o grupo de trabalho das bibliotecas jurídicas suíças – que existe desde 1974 e era composto por funcionários de bibliotecas jurídicas, advogados e bibliotecários – a fundar, em 1998, a *Associazione delle biblioteche giuridiche svizzere* (ABGs) com o objetivo de promover a colaboração e o intercâmbio não só entre bibliotecas jurídicas e centros de documentação na Suíça, mas também promover contatos profissionais em nível nacional e internacional²⁴.

Em um nível mais amplo, mas que inclui a informação jurídica, deve ser destacada a atividade do grupo DFP (*Documentazione di Fonte Pubblica in Rete*). A equipe do DFP remonta ao trabalho do grupo de estudo da *Associazione Italiane Biblioteche* sobre publicações oficiais, que funcionou de 1995 a 2001, e é composto por bibliotecários de bibliotecas especializadas (universidades, autoridades locais, autoridades públicas) que lidam com informação do setor público. A ação principal é a análise, a seleção crítica e a divulgação das melhores fontes de informação de fontes públicas, orientando os bibliotecários na propagação da DFP entre os cidadãos e permitindo aos próprios cidadãos acessá-la diretamente²⁵.

O grupo é responsável, no sítio da *Associazione Italiana Biblioteche*, pelo

²⁴ ABGs é responsável pela atualização e melhoria do Thesaurus multilingue Jurivoc também na língua italiana e de um sistema de classificação jurídica, atualmente utilizado em mais de 40 bibliotecas e centros de documentação na Suíça.

²⁵ Deve-se assinalar que o documento aprovado na ocasião do décimo aniversário da DFP, em novembro de 2007: *Stato e necessità della documentazione di fonte pubblica in rete* (<http://www.aib.it/dfp/c0711d.htm3>), em que os editores do repertório DFP tenham pretendido sublinhar a centralidade da informação pública disponível *online*, principalmente como patrimônio de conhecimentos e uma ferramenta para promover a formação da opinião pública e a participação dos cidadãos e suas organizações para a formação de decisões públicas; em segundo lugar como "matéria-prima" informativa útil para várias atividades ou decisões relacionadas com a vida social, trabalho, lazer. Em 2007, a DFP publicou: *Documenti e dati pubblici sul web: guida all'informazione di fonte pubblica in rete*, editado por P. Cavaleri e F. Venturini, Bolonha, Il Mulino, 2004, tendo um capítulo dedicado informação jurídica.

repertório *online DFP: documentazione di fonte pubblica in rete*²⁶. Alguns de seus membros têm realizado atividades ocasionais de formação sobre a utilização de fontes jurídicas *online*. É de notar, por fim, o curso realizado anualmente em parceria com a AIB, as bibliotecas da *Camera dei Deputati* e do Senato chamado de *Il Parlamento in biblioteca: documentazione parlamentare e fonti giuridiche per il reference in biblioteca: strumenti e metodi*^{28NTR10}, sobre o uso da documentação parlamentar *online*, destinado a bibliotecários de diversas instituições²⁷.

Uma forma de cooperação importante é aquela que se vê nas 153 bibliotecas pertencentes à *Associazione ESSPER*^{28NTR11}, onde operam bibliotecários de institutos de treinamento e de pesquisa no campo da Economia, das Ciências Sociais, do Direito e da História. Um grande número de profissionais contribui para alimentar diariamente o banco de dados ESSPER com TOC (*Table of Contents* = Sumários) com sumários selecionados de centenas de publicações jurídicas.

São numerosos os bibliotecários italianos, incluindo uma boa parte do campo jurídico, envolvidos ativamente no movimento *Open Access*, seja em âmbito nacional, europeu, ou internacional. Se, como enfatizado por Sonia Cavarani, "no ambiente dinâmico que está a afetar o fenômeno *Open Access*, parece permanecer estável na Itália uma desconfiança, especialmente da parte das disciplinas jurídicas²⁹". Não se pode dizer o mesmo dos bibliotecários jurídicos italianos que – em parte por causa da "proximidade" com as questões legais de propriedade intelectual, em parte por razões "éticas" para garantir o direito de acesso à informação, além do direito de poder conduzir livremente a pesquisa e o ensino – são particularmente ativos em vários grupos de estudo e de trabalho. Em particular, aqueles bibliotecários que há tempo estão envolvidos em um trabalho de coordenação em nível nacional para a elaboração de políticas e regulamentos no âmbito das instituições que implementaram um

²⁶ <http://dfp.aib.it>

²⁷ Veja o programa do curso em: <http://www.aib.it/attivita/2015/52207-il-parlamento-in-biblioteca-edizione-2015/>.

²⁸ <http://www.biblio.liuc.it/essper/default.asp>.

²⁹ CAVIRANI, S. Biblioteche giuridiche in evoluzione tra nuovi modelli e tradizione. *AIB Studi*, v. 53, n. 2, mag./ago. 2013. Disponível em: <http://aibstudi.aib.it/article/view/8900/8318>.

repositório *Open Access* institucional³⁰. No âmbito da AIB, o *Osservatorio sul diritto d'autore* e *Open Access* [Observatório sobre direitos de autor e *Open Access*] envolve juristas e bibliotecários "jurídicos" que operam em três níveis estreitamente relacionados³¹:

- como um lugar de discussão e consulta para todos os colegas que querem prospectar quaisquer dúvidas ou problemas;
- como um lugar de aprofundamento crítico dos perfis evolutivos do direito de autor, em nível nacional e internacional;
- como um instrumento de suporte à atividade de pressão política levada a cabo pelos representantes nacionais.

É graças ao trabalho minucioso dos bibliotecários – muitos deles ativos nos grupos AIB mencionados e/ou especialistas em direitos de autor ou ainda envolvidos no grupo de trabalho sobre *Open Access* da CRUI³² – que a Itália adotou uma Lei OA sobre o acesso aberto à pesquisa. A Lei nº 112, de 07 de outubro de 2013, convertida do Decreto-Lei nº 91, 9 de agosto de 2013, que dispõe sobre "medidas urgentes para a proteção, valorização e revitalização dos bens, das atividades culturais e do turismo", que introduz *Open Access* como um caminho "obrigatório" nas pesquisas com financiamento público é enfim uma realidade e o impacto em termos organizacionais que derivam de sua aplicação terão um impacto de alguma importância nos ambientes de bibliotecas.

³⁰ A utilização de um arquivo institucional como parte do processo de avaliação da pesquisa assume um valor crucial, devido à rápida evolução do processo de produção, difusão e publicação da pesquisa científica.

³¹ O grupo foi fundado em 2008, como "*Gruppo su diritto d'autore e Open Access*" [Grupo de direitos de autor e *Open Access*] e continuou sem interrupção até 2011. Em 2009, o *Gruppo per la Stesura del Copyright Statement dell'AIB* completou suas atividades, constituído por membros do *Gruppo su diritto d'autore e Open Access* (Rosa Maiello, Antonella de Robbio), membros da AibWeb (Riccardo RIDI, Eugenio Gatto, Andrea Marchitelli), representantes da Editora AIB, periódicos e monografias (Alberto Petrucciani, John Solimine e Vittorio Ponzani) e o presidente nacional Mauro Guerrini.

³² Grupo fundado em 2006, no âmbito da Comissão Nacional de Biblioteca da CRUI – *Conferenza dei Rettori delle Università Italiane*. Mais detalhes em: <https://www.cruil.it/HomePage.aspx?ref=1167>.

NOTAS DO TRADUTOR

NTR1 – Monoposto – um bibliotecário por local de trabalho.

NTR2 – OPAC – *Online public access catalog* = *Catálogo de acesso público em linha*.

NTR3 – MINERVA – rede formada para discutir, correlacionar e harmonizar as atividades de digitalização de conteúdos culturais e científicos criando uma plataforma comum europeia, recomendações e orientações para digitalização, metadados, acessibilidade a longo prazo e preservação. Mais detalhes em: <http://www.minervaeurope.org/whatis.htm>.

NTR4 – O art. 27-Bis do Código do Consumidor italiano estabelece que as associações profissionais podem adotar o código de conduta que define o comportamento dos profissionais, que se empenham em respeitá-lo. O código de conduta deve ser redigido em italiano e inglês e ser acessível aos consumidores. Mais detalhes em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=229796#LinkTarget_3154.

NTR5 – UNI (*Ente Nazionale Italiano di Unificazione*) – associação privada sem fins lucrativos que há quase 100 anos elabora e publica as normas técnicas voluntárias – as normas UNI – para todos os setores industriais, comerciais e terciários. Mais detalhes em: <http://www.uni.com>.

NTR6 – O *Master de secondo livello* (mestrado de segundo nível) é um curso de pós-graduação, que oferece uma preparação ainda mais específica na área de formação escolhida. No Brasil, seria semelhante à pós-graduação *lato sensu*. Maiores detalhes em: <http://www.masterin.it>.

NTR7 – Polo RMG (Polo Giuridico di Roma) – constituído em 1994 quando aderiu ao *Servizio Bibliotecario Nazionale* (SBN).

NTR8 – “**Informática Jurídica**: disciplina que trata da utilização otimizada da informática pelos profissionais ou operadores do direito e nas atividades de natureza jurídica. **Direito da Informática**: disciplina que estuda as implicações e os problemas jurídicos surgidos com a utilização das modernas tecnologias da informação (*Droit de L'Informatique, Derecho de Informatica, Diritto dell'Informatica, Computer Law, Cyber Law*)”. CASTRO, Aldemario Araujo. **Informática Jurídica e Direito da Informática**, 2007. Disponível em: <http://www.aldemario.adv.br/infojur/conteudo6texto.htm>.

NTR9 – A tradução deste texto pode ser encontrada em: VENTURINI, Fernando. O Direito para poucos, o Direito para todos: mito e realidade da biblioteca digital jurídica entre profissionais e cidadãos. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.2, n.2, p. 112–153, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>

NTR10 – *Il Parlamento in biblioteca: documentazione parlamentare e fonti giuridiche per il reference in biblioteca: strumenti e metodi* = O Parlamento na biblioteca: documentação parlamentar e fontes jurídicas de referência na biblioteca: ferramentas e métodos.

NTR11 – *Associazione ESSPER* – ESSPER (Economia e Scienze Sociali PERiodici) – associação sem fins lucrativos, membros colaboram voluntariamente para a criação e manutenção de um arquivo eletrônico de periódicos de língua italiana indexados pelos associados, nas áreas de Economia, Administração, Direito, Sociologia e História. O acesso é livre e gratuito em: <http://www.biblio.liuc.it/biblio/ESSPER/>. Em maio de 2016, eram 153 bibliotecas cooperantes, com 974 títulos de periódicos indexados, e 697.586 artigos indexados. Maiores detalhes em: <http://teca.consiglio.puglia.it/tcm/documenti/workshop/2005/ballestra.pdf>.

Tradução: Edilenice Passos

Revisão: Claudia Di Giovanni (Italiano)

Marilúcia Chamarelli (Português)

Como citar este artigo:

DE ROBBIO, Antonella; VENTURINI, Fernando. A biblioteconomia jurídica na Itália. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.3, n.1, p. 100–115, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>.